

Carta protegerá mercado e empresas nacionais

Foi a vitória dos nacionalistas no começo da votação do polêmico título da Ordem Econômica

O DIA DO BEIJOQUEIRO

FOTOS: JULIO ALCANTARA



Ninguém segura o candidato brizolista: ele joga beijos aos constituintes e promete orfanatos e asilos



Louco para ter mandato usa sua velha maluquice

"Acontece de tudo nas sessões de domingo" comentou o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, ao interromper a sessão de ontem num momento de corre-corre dos agentes da segurança. Era o português José Alves de Moura, o popular Beijoqueiro, que debruçava-se sobre o parapeto das galerias e jogava beijos aos constituintes. João Moura veio à Brasília para participar do II Encontro dos Trabalhadores do PDT, onde beijou Luís Carlos Prestes, presente à Reunião. O Beijoqueiro é brizolista e candidato a deputado federal.

Devoto de Santa Edviges, o Beijoqueiro, reivindica ainda na Constituinte, que os presos de todo o País, seus afilhados, possam trabalhar na agricultura junto com os familiares e ganhando dois salários mínimos. Julga que, se isso acontecesse, os presos, em oito anos, pagariam a dívida externa e matariam a fome do Brasil. "Lembro, também, que em 12 anos, o Brasil poderá ser a maior potência mundial", o Beijoqueiro faz ainda, campanha contra drogas, cigarros e bebidas e luta pela paz mundial.



Aparecer significa a ninguém poupar: Prestes, o homem de mármore da esquerda, é vítima

A reserva de mercado para os setores considerados estratégicos e a proteção às empresas brasileiras de capital nacional foram mantidas inalteradas pelo plenário. Em dez votações, os constituintes examinaram os cinco primeiros artigos do título da Ordem Econômica e rejeitaram todos os destaques aprovados, deixando sem alterações o texto aprovado no primeiro turno. Um único dispositivo entre estes artigos teve sua votação adlada para hoje: o que prevê tratamento preferencial à empresa nacional na aquisição de bens e serviços.

Só será considerada empresa brasileira de capital nacional aquela com controle efetivo exercido em caráter permanente por pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou entidades de direito público interno, entendendo-se por controle efetivo da empresa a maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.

Para manter intacta a definição de empresa nacional aprovada no primeiro turno, os constituintes rejeitaram duas emendas que pretendiam suprimir trechos do dispositivo, dos constituintes Antônio Ueno (PFL-PR) e Roberto Campos (PDS-MT). O senador pedessista queria que, por controle da empresa, fosse entendido apenas o exercício do poder decisório sem levar em conta a composição da maioria de seu capital votante.

Com seu habitual estilo repleto de frases de efeito, Roberto Campos atacou a inclusão, na nova Carta, da definição de empresa nacional classificada por ele de "ideologia do umbigo na época da ideologia da eficiência". O ex-ministro do Planejamento falou por vinte minutos — o prazo regimental é de cinco — a despeito dos protestos do plenário e do presidente Ulysses Guimarães.

— Não viemos aqui ouvir lista telefônica — reclamou o deputado Edésio Frias (PDT-RJ), ao perceber que Roberto Campos estava mesmo disposto a ler até o fim o seu longo discurso datilografado. O aparte não foi suficiente para intimidar o senador e ainda provocou a defesa imediata do líder do PFL, deputado José Lourenço.

— Parece que o plenário não quer ouvir uma análise profunda sobre a situação econômica do País, só quer ouvir discursos — disse Lourenço. A "análise profunda" de Roberto Campos, no entanto, não convenceu o plenário. Sua emenda para ampliar o conceito de empresa nacional foi rejeitada por 293 votos a 126.

O mesmo destino teve a emenda do deputado Renato Johnson (PMDB-PR), que pretendia retirar a possibilidade de concessão, através de lei, de proteção às empresas nacionais de setores estratégicos. "A palavra proteção é excessivamente forte, poderá envolver discriminações e retaliações", defendeu Johnson.

O senador José Fogaca (PMDB-RS) atacou a emenda lembrando que o texto prevê um recurso de estratégia econômica que poderá ou não ser usado. "O dispositivo, como está, garante inclusive a sobrevivência da Lei de Informática", argumentou Fogaca. A proposta de Johnson foi derrotada por 305 votos a 100.

O texto aprovado remete para a lei a regulamentação da remessa de lucros e dos investimentos de capital estrangeiro e limita a exploração direta de atividade econômica pelo Estado aos casos de segurança nacional ou quando houver "relevante interesse coletivo", definido por lei. As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às empresas privadas nos setores em que concorrem.

Vence o lobby empresarial

CATARINA GUERRA
Da Editoria de Política

A definição precisa de empresa brasileira de capital nacional no texto da nova Carta, assim como a garantia constitucional de proteção e benefícios especiais a estas empresas, foi uma das grandes vitórias do lobby dos empresários de capital exclusivamente nacional na Constituinte.

Sob o lema do "não ao entreguismo", os representantes dos donos de empresas nacionais convenceram a maioria absoluta dos constituintes de que dar tratamento privilegiado a suas empresas é uma questão de soberania nacional. Só isto impedirá, pregam eles, o esmagamento das empresas nacionais pela concorrência com as multinacionais, segundo as regras do livre mercado.

Os opositores desta tese apontam o caminho da internacionalização da economia trilhado pela Europa, Estados Unidos e Canadá como argumento de que não faz mais sentido privilegiar determinadas empresas em função da origem de seu capital.

A inclusão deste privilégio na nova Carta foi, oara o senador Roberto Campos (PDS-MT), defensor da absoluta liberdade de mercado, um "dramático momento de obscurantismo da Constituinte". Ou, ainda segundo o senador, a vitória da "ideologia do umbigo na época da ideologia da eficiência".

Minério para cooperativas

A nova Carta garante às cooperativas de garimpeiros prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpeáveis, nas áreas onde estejam atuando ou em outras definidas em lei. A organização da atividade garimpeira em cooperativas será estimulada pelo Estado, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

O plenário rejeitou, por 278 votos a 48, emenda do constituinte Assis Canuto (PFL-RO) para suprimir a prioridade garantida às cooperativas de garimpeiros. O deputado José Dutra (PMDB-AM) tentou restringir o benefício apenas às áreas definidas em lei, mas também não teve sucesso: sua proposta foi derrubada por 177 votos a 123. Hoje o plenário vai examinar os critérios para concessão de pesquisa e lavra de recursos pela União.

Ulysses acelera com Senna

O quorum de mais de 425 constituintes no momento de maior pique ontem pela manhã entusiasmou o presidente Ulysses Guimarães, que já pensa em estender o esforço concentrado até o final da votação do projeto, convocando uma ou duas "madrugadas constituintes". Embora a sessão da tarde tenha sido cancelada por causa da convenção do PDS, o plenário votou pela manhã quase todo primeiro capítulo do polêmico título da Ordem Econômica e retoma as votações hoje na sessão convocada para as 9 horas.

Ulysses foi surpreendido com um aparte inusitado do constituinte Gonzaga Patriota (PMDB-PE). Mal começara a votação do título da Ordem Econômica, Patriota pediu a palavra para anunciar a vitória de Aírton Senna no Grande Prêmio

da Bélgica. Toda a corrida foi acompanhada atentamente da sala de cafézinho localizada nos fundos do plenário por um grupo de aficionados constituintes, que só saíram da frente da televisão para registrarem Os Reforma Agrária seus votos.

artigos sobre entram em votação apenas hoje, mas desde ontem as galerias já foram ocupadas pelas caravanas da UDR. Os trabalhadores sem terra estiveram no Congresso, porém foram impedidos pelos seguranças de entrar nas galerias já que estavam sem senhas. Os membros da UDR também não tinham senha, mas como não foram barrados nos acessos dos anexos, descobriram rapidamente o caminho que val para as galerias através do Comitê de Imprensa da Câmara.

Habeas-data poderá estreitar com o CSN

Porto Alegre — Assim que for promulgada a Constituição que está sendo votada, o fundador e atual conselheiro do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), Jair Krischke, vai entrar com um pedido de para saber quais os registros que os órgãos de informação dispõem sobre suas atividades. Ele não pretende tomar esta atitude apenas para ter o privilégio de ser o primeiro a usar a nova norma jurídica. Envolvido em vários conflitos com órgãos de segurança por causa de suas denúncias, Krischke agora descobriu uma nova informação falsa sobre o MJDH nos arquivos do Conselho de Segurança Nacional: a inclusão da entidade como ligada à Igreja Católica.

O conselheiro do MJDH recebeu uma cópia de um documento confidencial do CSN sobre as atividades da Igreja Católica no Brasil. Com data de três de junho de 1986, o estudo número 008/3.0 foi preparado por deter-

minação do chefe de gabinete do secretário-geral do CSN e somente agora divulgado pela Agência Difusão de Informações sobre a América Latina, organização francesa dedicada à análise dos problemas do continente.



Esperidião Amin

Quem cata voto quer Carta logo

LUIZ CARLOS CANCELLIER
Da Sucursal

Florianópolis — Dos 19 constituintes catarinenses, cinco torcem para que os trabalhos da Assembleia sejam encerrados o mais rapidamente possível. Eles são candidatos às prefeituras em 15 de novembro e sabem que, se ficarem em Brasília, deixarão espaços preciosos para o avanço dos adversários.

Deste cinco, apenas o senador Nelson Wedekin não encabeça chapa. Ele aceitou ser o vice da professora Anita Pires, candidata do PMDB à Prefeitura de Florianópolis. Wedekin, em seu primeiro mandato de senador, acredita que tem condições de fortalecer com sua participação a chapa peemedebista, para enfrentar dois adversários fortes.

De um lado, o ex-governador, Esperidião Amin, pela coligação de direita "União por Florianópolis", que envolve o PDS, PFL, PDT, PDC, PL. Do outro lado o PMDB disputa votos com a coligação de esquerda denominada "Frente Popular", que lançou o vereador do PCB, Sérgio Grandó, apoiado pelo PSDB, PSB, PDT e PV.

Da bancada federal do PMDB ainda disputam a eleição outros dois constituintes: Renato Viana, deputado em segunda legislatura, quer retornar à Prefeitura de Blumenau onde exerceu mandato de 76 a 82. E o jovem deputado Eduardo Moreira, médico, que tenta chegar à prefeitura de Criciúma, no sul do Estado.

Os outros dois candidatos a prefeito também foram eleitos em 86 pelo PMDB. Mas mudaram recentemente para o PSDB. São os deputados Vilson de Souza e Francisco Kuster. O primeiro é candidato em Blumenau e o segundo em Lages.

Vilson de Souza disputou em 86, apoiado pelo forte esquema empresarial da região. Mas na constituinte teve uma atuação nitidamente de esquerda, desligando-se logo do partido.

Dom Ivo convoca para mobilização

Porto Alegre — O ex-presidente nacional da CNBB, dom Ivo Lorscheider, bispo de Santa Maria, propôs ontem que a população se prepare para a mobilização visando a elaboração das leis complementares e das constituições estaduais. Essa mobilização deve começar com uma "severa escolha dos próximos vereadores" e com a "informação objetiva sobre as posições assumidas pelos representantes na Assembleia Constituinte".

Conforme dom Ivo, o conselho permanente da CNBB já definiu os pontos positivos e negativos, na visão da Igreja Católica, da Constituição que está sendo concluída. Ele lamenta a insuficiente defesa da vida humana, a debil valorização da família estável e o retrocesso da reforma agrária.

Britto lidera em Porto Alegre

Porto Alegre — O candidato do PMDB, Antônio Britto, largou na frente na disputa pela prefeitura de Porto Alegre. Pelo menos é o que indicou a primeira pesquisa do Ibope onde participaram todos os candidatos e que foi publicada pelo jornal Zero Hora. Pela pesquisa, Britto tem 23% da preferência, contra 15% do segundo colocado, o deputado federal Olívio Dutra, da coligação PT/PCB.

Em terceiro lugar na pesquisa do Ibope aparece o candidato da Ação Democrática popular (formada pelo PDS, PFL e PTB), Guilherme Villela, com 10%. Depois aparecem o deputado estadual Carlos Araújo (PDT), com 8%, o presidente do PSB, Fúlvio Petracco com 7%. O jornalista Sérgio Jockymann que concorre pelo PL e o candidato do PC do B, Raul Carrion, estão empatados com 6%. Segundo o Ibope, 17% dos entrevistados não sabem em quem votar.

Dez radialistas disputam no Acre

Rio Branco — Somente em Rio Branco dez jornalistas e radialistas estão disputando cargos eletivos nas eleições deste ano. Alguns deles possuem experiência, pois já tentaram a carreira política, mas não foram eleitos. Outros, com respaldo da profissão, tentam pela primeira vez.

A maioria deles são candidatos pelo PMDB e apenas um, Luís Marques, saiu como candidato a prefeito, pelo PC do B. No interior também o número de pretendentes é grande e as chances são maiores que na capital.

Francisco Bezerra e Campos Pereira, do PMDB, e Sérgio Quintanilha e Aloisio Maia do PDS, já foram candidatos em eleições passadas, mas não foram eleitos.

Alexandre deve assumir independente de acordo

E possível que não haja acordo entre os constituintes em torno da proibição contida no projeto da Constituição quanto à acumulação de cargos. Pelo texto, um parlamentar não pode ocupar cargo eletivo abrir mão de seu mandato. Mas, o mais provável é que com ou sem acordo, o senador Alexandre Costa (PFL-MA) assuma, ainda esta semana — possivelmente na quarta-feira o governo do Distrito Federal.

Pelo menos é o que garantem amigos e assessores de Alexandre Costa, indicado no início do mês para o cargo e que até agora aguarda uma solução para o impasse, levantado pelo senador Maurício Corrêa (PDT/DF). Uma fonte ligada a Costa assegura que ele já escolheu até o seu secretário, mas guardará segredo até o dia da posse. "Só posso adiantar que

os futuros secretários são da cidade. Podem até não terem nascido aqui, mas já estão há muito tempo no Distrito Federal e conhecem os seus problemas. Assim como o futuro governador", disse.

SOLUÇÃO HOJE
Na sexta-feira passada, Alexandre Costa prometeu ao presidente Sarney que definirá a questão hoje. Para isso consultará a Comissão de Constituição e Justiça do Senado, alguns juristas renomados e o parecer elaborado pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos — sob encomenda do presidente José Sarney. Este, a amigos, tem confidenciado que gostaria de ver este problema de Brasília logo solucionado, com a posse do seu amigo Alexandre Costa. "Com o Alexandre no Governo sei que meus problemas estariam resolvidos, ele é

muito dinâmico, é um engenheiro competente e tem grande experiência em relação à cidade", justificou o Presidente.

Na opinião de um parlamentar ligado a Alexandre Costa, ele deveria assumir imediatamente o cargo. Se algum parlamentar argüísse a constitucionalidade de sua posse, argumenta, a questão se arrastaria por tanto tempo que até lá o senador já teria cumprido a missão que lhe confiou o presidente Sarney. Desde sexta-feira passada, Alexandre Costa vem realizando sucessivas reuniões — inclusive com os futuros secretários — para discutir a estratégia de sua administração. Esses encontros prolongaram-se no final de semana em seu sítio, nas proximidades de Brasília. Foi por isso que ele não participou das votações da Constituinte no sábado e no domingo.